



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**IASMIN VILAR DOS SANTOS**

**A IMPORTÂNCIA DO MAR DO SUL DA CHINA NAS RELAÇÕES POLÍTICAS E  
MILITARES ENTRE CHINA, ESTADOS UNIDOS E SUDÊSTE ASIÁTICO**

**BRASÍLIA  
2023**

**IASMIN VILAR DOS SANTOS**

**A IMPORTÂNCIA DO MAR DO SUL DA CHINA NAS RELAÇÕES POLÍTICAS E MILITARES ENTRE CHINA, ESTADOS UNIDOS E SUDESTE ASIÁTICO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Profa Dra Gleisse Ribeiro Alves

**BRASÍLIA  
2023**

**IASMIN VILAR DOS SANTOS**

**A IMPORTÂNCIA DO MAR DO SUL DA CHINA NAS RELAÇÕES POLÍTICAS E MILITARES ENTRE CHINA, ESTADOS UNIDOS E SUDESTE ASIÁTICO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Profa Dra Gleisse Ribeiro Alves

**BRASÍLIA, 15 DE JUNHO DE 2023**

**BANCA AVALIADORA**

---

**Professor(a) Orientador(a)**

---

**Professor(a) Avaliador(a)**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que sempre cuidou de mim e permitiu que eu conseguisse realizar esse curso. À minha mãe, Ana Lúcia, que sempre me apoiou nos momentos difíceis e suportou toda minha ansiedade durante o curso, sem ela eu não chegaria até aqui. Ao meu pai, Teófilo, que sempre lutou para que eu conseguisse uma boa educação e sempre me apoiou para seguir os meus sonhos. À minha orientadora, Gleisse, que tem sido um grande exemplo para mim e sempre foi muito paciente comigo. Ao meu amigo, Guilherme do Prado, que tem sido um grande refúgio para mim durante minha graduação, obrigada por estar presente em todos os momentos durante esse processo. À todas as minhas amigas do estágio, Bianca, Camilla, Emanuelle e Lúcia, que me apoiaram muito para terminar esse trabalho, vocês são incríveis. Por fim, agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim e me apoiaram durante todo esse período, espero retribuir um dia a todos vocês.

“A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar.”

- Sun Tzu

## RESUMO

A finalidade do trabalho é apresentar as estratégias chinesas e norte-americanas no âmbito político, militar e econômico para se verificar os potenciais conflitos nesta região. A pesquisa visa entender a importância do Mar do Sul da China e os motivos pelos quais essa região possui potencial para englobar futuros conflitos entre China, Estados Unidos e demais países do Sudeste Asiático baseado nas estratégias de segurança e nas instabilidade diplomática constante na região. Visto sua importância e diante do recente desequilíbrio regional no Mar Meridional, como o posicionamento dos Estados regionais e dos Estados Unidos, diante das demandas territoriais, afetam suas relações diplomáticas e econômicas na região?

**Palavras-chave:** Mar do Sul da China. Estados Unidos. China. Sudeste Asiático. Estratégias. Nova Rota da Seda. Liberdade de Navegação.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>MSC</b>	<b>Mar do Sul da China</b>
<b>RPC</b>	<b>República Popular da China</b>
<b>LTEs</b>	<b>Low Tide Elevations</b>
<b>EUA</b>	<b>Estados Unidos da América</b>
<b>BRI</b>	<b>Belt and Road Initiative</b>
<b>UNCLOS</b>	<b>United Nations Convention on the Law of the Sea</b>
<b>FONOPs</b>	<b>Freedom of Navigation Operations</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS CONFLITOS ATUAIS NO MAR DO SUL DA CHINA.....</b>	<b>11</b>
A) Mar do Sul da China: Antes dos anos 2000.....	12
B) Mar do Sul da China: Depois dos anos 200 até 2022.....	18
<b>2. A TEORIA REALISTA E AS ESTRATÉGIAS DE CHINA E ESTADOS UNIDOS NA AMPLIAÇÃO DE SUAS ZONAS DE INFLUÊNCIA COM FILIPINAS, TAIWAN, INDONÉSIA, VIETNÃ E MALÁSIA.....</b>	<b>29</b>
2.1 As principais estratégias dos Estados Unidos no MSC.....	31
A) Fortalecimento das relações diplomáticas entre EUA e Sudeste Asiático.....	32
B) Promoção do princípio de “Liberdade de Navegação”.....	35
2.2 As principais estratégias da China no MSC.....	36
A) Ilhas artificiais construídas pelo governo chinês.....	39
B) Colar de Pérolas Chinês.....	43
C) A Nova Rota da Seda.....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O Mar do Sul da China ou Mar Meridional é uma das principais regiões com maior instabilidade na Ásia envolvendo países como China, Japão, Vietnã, Brunei e outros do sudeste asiático como Malásia, Singapura, Filipinas e Indonésia. Atualmente, a região marítima encontra-se desprovida de um Estado soberano, entretanto diante dos conflitos e abdições crescentes na região que reacenderam na década de 1950, o princípio da liberdade marítima colocada desde a Segunda Guerra Mundial têm se tornado duvidosa.

Ocorreram vários conflitos durante a metade do século XX na tentativa dos Estados de anexarem ilhas e aumentarem suas plataformas continentais na região do Mar Meridional, entretanto a tensão de possíveis conflitos armados entre os países aumentavam no decorrer dessas tentativas colocando em risco as atividades comerciais que poderiam afetar gravemente o comércio internacional.

O início do XXI na região foi marcado pela alta instabilidade diante da ascensão da China e a presença dos Estados Unidos por meio das relações políticas que construía entre os países do Sudeste e do Leste asiático buscando construir bases militares e estratégias de segurança devido à proximidade com a região do Oriente Médio e os tigres asiáticos. Entretanto, o governo chinês tem se pronunciado de forma direta e ofensiva estabelecendo suas regras e fortalecendo sua presença no Mar Meridional causando grande instabilidade nas relações diplomáticas com Filipinas, Vietnã, Malásia, Indonésia, Taiwan e Estados Unidos, além de induzir alguns conflitos diretos no decorrer dos últimos anos.

Sendo assim, a região não possui um núcleo de poder geopolítico, logo é necessário analisar as estratégias militares e relações políticas entre os governos locais e a grande influência dos Estados Unidos na região. Diante da grande instabilidade gerada pela falta de governança regional que causa danos econômicos e políticos tanto regionais quanto globais necessário se faz o presente estudo.

A região permaneceu pacífica desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 2000, entretanto, diante do crescimento da China e o aumento de sua influência, tanto o governo chinês quanto o estadunidense iniciaram operações militares constantes causando distúrbio tanto nas relações China-Estados Unidos quanto nas relações entre os países regionais. Assim, o governo chinês tem buscando impor sua soberania e legitimidade no Mar Meridional por meio de bases militares, exploração de petróleo das empresas estatais, negociações multilaterais econômicas e construção de ilhas artificiais. Em contraste, os Estados Unidos buscam aprimorar suas relações bilaterais, defender a ideia de liberdade de navegação e do

direito marítimo em prol das normas estabelecidas na Corte de Arbitragem Internacional de 2016.

Este presente trabalho visa analisar as relações políticas, militares e econômicas entre China, Estados Unidos e Sudeste Asiático, diante das questões do MSC, em dois capítulos. O primeiro capítulo abordará sobre as principais características da região seguido pelo contexto histórico de disputas e acordos realizados entre os países citados. No segundo capítulo, será abordado a importância e as estratégias no Mar Meridional para China e Estados Unidos. Dessa forma, será possível analisar por meio da teoria realista de Relações Internacionais, as medidas adotadas pelas duas potências para alcançar seus interesses regionais.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS CONFLITOS ATUAIS NO MAR DO SUL DA CHINA

As ações da China na região do Mar do Sul da China têm sido objeto de intenso debate e preocupação nos últimos anos. A China reivindica quase toda a extensão do Mar Meridional, estendendo sua soberania sobre várias ilhas, recifes e áreas marítimas que também são disputadas por outros países da região.

As atividades do governo chinês têm gerado tensões com outros países da região, como Filipinas, Vietnã, Malásia e Taiwan, que têm suas próprias reivindicações territoriais. A figura 1, a seguir, mostra as principais áreas demandadas por cada país envolvido no conflito do MSC.

**Figura 1** - Mar do Sul da China ou Mar Meridional



**Fonte:** Dryad Global. Disponível em: <https://dg.dryadglobal.com/south-china-sea2>

Essas nações têm expressado preocupação com a assertividade chinesa e têm buscado apoio internacional para proteger seus interesses e garantir o respeito ao direito internacional.

De acordo com Aguilar (2019), as instabilidades na região se intensificaram em 2001 após um avião estadunidense atingir uma aeronave chinesa causando a morte do piloto chinês, logo iniciou-se uma série de navegações chinesas e estadunidenses na região desde então, além disso o governo dos Estados Unidos começaram a reforçar a ideia de “liberdade de navegação” na região na qual autorizou não somente suas navegações como também as chinesas, filipinas e vietnamitas.

Sendo assim, a região não possui um governo soberano, logo é necessário analisar as estratégias militares e relações políticas entre os governos locais e a grande influência dos Estados Unidos diante da grande instabilidade gerada pela falta de governança regional que causam danos econômicos e políticos tanto regionais quanto globais. A região do Mar do Sul da China permaneceu estável até meados dos anos 2000, entretanto, devido diante do crescimento da China e o aumento de sua influencia, tanto o governo chinês quanto o estadunidense iniciaram operações militares constantes causando distúrbio tanto nas relações China-Estados Unidos quanto nas relações entre os países regionais, logo o governo chinês tem buscando impor sua soberania e legitimidade no Mar Meridional por meio de bases militares, exploração de petróleo das empresas estatais e construção de ilhas artificiais sem o consentimento dos países e infringindo as normas estabelecidas na Corte de Arbitragem Internacional de 2016. Nas linhas a seguir, verificar-se-á a contextualização histórica da geopolítica da região do Mar do Sul da China.

#### **a) Mar do Sul da China: Antes dos anos 2000**

Antes dos anos 2000, a geopolítica do Mar do Sul da China era caracterizada por uma série de disputas territoriais e rivalidades históricas entre os países da região. A falta de consenso e os diferentes interesses nacionais tornaram difícil a resolução pacífica dessas questões. A região era considerada um ponto de atrito potencial entre as grandes potências mundiais, como os Estados Unidos, China, União Soviética e Japão, que buscavam influência e acesso a recursos na área. Essa região do MSC é uma área rica em recursos naturais, como petróleo, gás, peixes e minerais, além de ser uma importante rota marítima para o comércio internacional.

De acordo com Aguilar (2019), as tensões se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial, pois após a queda da soberania japonesa no local, o governo chinês voltou a discutir a possibilidade de obter total soberania regional. De acordo com B Stone (2018, p. 16) :

“Em 1947, o governo da República da China começou a publicar mapas com uma série de linhas em forma de U no Mar da China Meridional para delinear suas fronteiras marítimas. O governo chinês repetiu essa característica cartográfica depois que o Partido Comunista chegou ao poder no continente em 1949 e hoje permanece retratado em mapas publicados na China ou em Taiwan.”

Sendo assim o mapa delineado, figura 2, alega que a China possuía direito sobre a região devido a suas questões históricas, entretanto diante de sua instabilidade política interna e a fuga da maior parte da etnia Han para Taiwan devido a perda na disputa entre Mao Tsé-tung e o Ex-Presidente da República da China, Chiang Kai-shek, descrita pelo autor Schutte (2021), os chineses negligenciaram a questão do MSC por determinado período. Entretanto, durante a Guerra da Indochina (1954-1975) e Guerra Fria, os Estados Unidos intensificaram as Operações de Liberdade de Navegação que visavam, segundo Zhang (2016, p. 169):

“Garantir que os navios de guerra dos EUA possam exercer o direito de passagem inocente em águas territoriais estrangeiras sem o consentimento prévio do Estado Costeiro ou estando sujeito à sua exigência de notificação prévia.”

Diante disso, o governo norte-americano realizou uma série de operações militares e estratégias para obter maior influência regional visto que o Leste e Sudeste Asiático passavam por uma série de revoluções comunistas. Logo, de acordo com B Stone (2018) diante do pós-Guerra do Vietnã, o governo norte-americano reconheceu a importância de impor sua presença marítima na região, portanto ao obter maior parcerias com os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan) e países como Japão e Filipinas os Estados Unidos continuou as operações militares buscando proteger a rota comercial e influência regional.

As disputas territoriais na região se acentuaram durante a década de 1970, quando a China continental reivindicou, novamente, a soberania sobre praticamente todo o Mar do Sul da China de acordo com a figura 2. É importante destacar que, embora tenham ocorrido disputas e tensões antes dos anos 2000, as ações e políticas posteriores da China na região, como a construção de ilhas artificiais e a presença militar crescente, aumentaram significativamente a complexidade e a intensidade das questões geopolíticas no Mar do Sul da China.

**Figura 2** - 9 traços delineados pela China no pós-Segunda Guerra Mundial



**Fonte:** Dryad Global. Disponível em: <https://dg.dryadglobal.com/south-china-sea2>

Devido a complexidade da resolução de conflitos no Mar Meridional da China e as diversas disputas que ocorreram antes do século XXI, é possível perceber a importância de descrever as diversas datas marcantes para a região do Mar do Sul da China antes dos anos 2000, a fim de esclarecer devida importância no atual jogo de poder na região do MSC, de acordo com o Council on Foreign Relations (2020);

- **3 de setembro de 1937: Japão invade as ilhas do MSC**

Em 1937, durante a Segunda Guerra Mundial, a Marinha japonesa invade as ilhas Spratly e avança seu domínio até a ilha Hainan (observar figura 3), e obteve uma reação do exército chinês, em julho de 1937, além disso as forças japonesas se estenderam até as ilhas spratly, em 1938, a qual travou-se devido a reação do exército francês que estava presente na Indochina e começaram a inspeção na região (Council on Foreign Relations, 2020).

**Figura 3** - Mapa sobre o domínio japonês ao redor do Oceano Pacífico e Mar do Sul da China



Fonte: Wikipedia, 16 December 2008. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Second\\_Sino-Japanese\\_War#/media/File:Dadao\\_map\\_1939.svg](https://en.wikipedia.org/wiki/Second_Sino-Japanese_War#/media/File:Dadao_map_1939.svg)

- **1947: China marca reivindicações no Mar do Sul da China**

Antes de ocorrer a Revolução Chinesa organizada por Mao Tsé-tung, o governo chinês de Kuomintang havia demarcado suas reivindicações as quais envolviam as ilhas Parcel, Spratly e Macclesfield. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial e a posse de Mao Tsé-tung, simplificam a linha em nove traços, conhecida como *nine dash line*, sendo esta a principal demanda chinesa atualmente (Council on Foreign Relations, 2020).

- **1951: Tratado de São Francisco**

Diante do fim da Segunda Guerra Mundial, 48 países assinaram, incluindo o Japão, o Tratado de Paz de São Francisco. Após este acordo, o Japão renunciou todas as reivindicações territoriais sobre a Coreia, Taiwan e as ilhas Spratly no MSC. Entretanto, as ilhas Senkaku e Ryukyu não foram mencionadas neste acordo, logo atualmente são parte da prefeitura de Okinawa e possui uma base militar dos Estados Unidos, mas há controvérsias sobre serem parte de Taiwan (Council on Foreign Relations, 2020).

- **1969: Relatório da ONU aponta alta probabilidade de petróleo no mar da China Oriental**

Entre 1968 e 1969, foram realizadas pesquisas geológicas pela Comissão Econômica da ONU para Ásia e o Extremo Oriente. Os resultados destas pesquisas foram as descobertas de "substâncias de energia" entre Taiwan e Japão, ou seja, ilhas Senkaku/Diaoyu. Após o anúncio, o interesse pela demanda de territórios floresceu novamente entre os países vizinhos, principalmente a China, que após os anos 70 intensificou seu interesse em explorar juntamente com Japão, Coreia do Sul e Taiwan (Council on Foreign Relations, 2020).

- **19 de janeiro de 1974: China reivindica ilhas Paracel**

Após o fim da Guerra do Vietnã e os Acordos de Paz de Paris, cujos encerraram o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã, as forças chinesas ocuparam a maior parte das ilhas Paracel e Spratly buscando eliminar as tropas sul-vietnamitas. Diante disso, o governo chinês iniciou operações para inserir bases militares nas ilhas de Paracel, portanto, após a reunificação do Vietnã, tanto a atual República Socialista do Vietnã quanto a República Popular da China mantém reivindicações nas duas ilhas por questões históricas (Council on Foreign Relations, 2020).

- **Fevereiro de 1979 até Março de 1979: Guerra Sino-Vietnamita**

De acordo com o site Council on Foreign Relations (2020):

“A China trava uma guerra com o governo do vietnamita em resposta à invasão e ocupação do Camboja pelo Vietnã em 1978, que pôs fim ao reinado do comunista Khmer Vermelho apoiado pela China. O conflito marca o ápice das tensões entre Pequim e Hanói, que já estavam altas depois que o Vietnã estabeleceu laços com a União Soviética, rival da China na Guerra Fria, em novembro anterior. A China ajudou o Vietnã em suas guerras contra a França e os Estados Unidos. Embora ambos os lados reivindicaram a vitória, a China se retira do Vietnã depois de menos de um mês, não tendo conseguido coagir o Vietnã a deixar o Camboja. Aproximadamente trinta mil são mortos no conflito de curta duração, que marca o início de muitas disputas fronteiriças entre Pequim e Hanói e reforça a persistente desconfiança do Vietnã em relação à China.”

- **14 de março de 1988: China afundou três navios vietnamitas**

Após um período pacífico no MSC, o governo chinês e vietnamita se enfrentam nas ilhas Spratly que resultou em 3 navios vietnamitas afundados e um total de 74 marinheiros do Vietnã mortos, logo o governo vietnamita inicia uma série de monitoramentos na região. Este incidente ocorre durante as reformas econômicas feitas pelo Deng Xiaoping, a qual a China começa a crescer economicamente e a valorizar as atividades marítimas (Council on Foreign Relations, 2020).

- **Janeiro de 1996: Incidente do recife de dano (China e Filipinas)**

De acordo com o site Council on Foreign Relations (2020):

“Três navios da marinha chinesa travam uma batalha de noventa minutos com uma canhoneira da marinha filipina perto da Ilha Capones, no recife Mischief, parte da cadeia de ilhas Spratly reivindicada por Manila. O incidente marca a primeira vez que a China se envolve em um confronto militar com um membro da ASEAN que não seja o Vietnã (...)”

Este confronto inicia uma série de atritos na relação sino-filipina, diante disso, Filipinas busca manter uma relação mais incisiva com os Estados Unidos. Todavia, as tensões entre China e Filipinas diminuem e os dois países assinam “um código de conduta não vinculativo que exige uma resolução pacífica para a disputa territorial e a promoção de medidas de construção de confiança” entre o governo chinês e filipino (Council on Foreign Relations, 2020).

- **Janeiro de 1998: Acordo Militar China-EUA**

De acordo com o site Council on Foreign Relations (2020):

“China e Estados Unidos assinam o Acordo Consultivo Marítimo Militar, o primeiro acordo militar bilateral entre os dois países, que serve como medida de fortalecimento da confiança após um período de relações congeladas após os protestos na Praça da Paz Celestial em 1989.”

Porém, após um incidente entre uma aeronave estadunidense e um interceptor chinês colidem em abril de 2021, no Mar do Sul da China, o qual um piloto chinês foi morto durante o incidente, provocando maior atrito nas relações sino-americanas, o acordo assinado não gerou tanta eficácia (Council on Foreign Relations, 2020).

## **b) Mar do Sul da China: Depois dos anos 2000 até 2022**

No início dos anos 2000, de acordo com B Stone (2021), a China intensificou suas atividades na região do MSC. Houve relatos de pesca ilegal, atividades de exploração de petróleo e gás, bem como o estabelecimento de estações meteorológicas e faróis em ilhas e recifes disputados. Essas ações foram interpretadas por outros países como uma tentativa da China de consolidar sua soberania sobre a região e garantir o acesso a recursos estratégicos. Segundo B Stone (2021, p.205):

“Militarmente, a China está intensificando sua construção do exército, particularmente a modernização de sua força naval com a construção da base naval em Sanya (Hainan), que desempenha o papel de porta para avançar em direção ao Mar do Sul da China. Para enviar uma mensagem de dissuasão a outros reclamantes no Mar do Sul da China, o governo chinês intensificou a frequência e o grau de coordenação ao lançar seus exercícios navais no MSC (...).”

Após os anos 2000, a geopolítica do Mar do Sul da China passou por mudanças significativas, com a China desempenhando um papel mais proeminente e aumentando sua presença e influência na região. A política marítima da China tem sido marcada por uma abordagem assertiva e reivindicativa, gerando tensões com outros países e despertando preocupações na comunidade internacional (RAYMOND e WELCH, 2022).

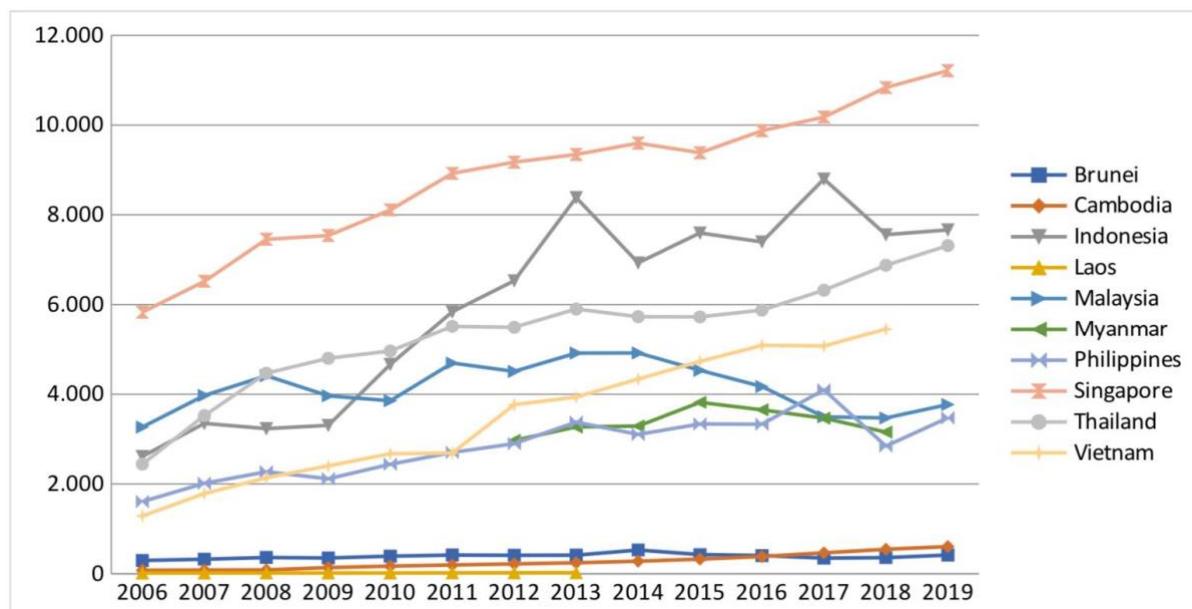
Uma das mudanças mais notáveis foi o aumento das atividades da China na construção de ilhas artificiais em recifes e atóis disputados. A China expandiu e fortificou essas ilhas, construindo infraestrutura militar, incluindo pistas de pouso, portos, sistemas de defesa e instalações de vigilância. Essas ações têm sido interpretadas como uma estratégia para consolidar o controle e estabelecer uma maior presença militar na região (KYUNG SUK LEE; KYU YOUNG LEE, 2017).

Além disso, de acordo com Zhang (2016), a China tem reforçado sua presença naval e aérea no Mar do Sul da China, conduzindo patrulhas regulares, exercícios militares e demonstrações de força. A construção de bases navais e o estabelecimento de zonas de identificação de defesa aérea também foram realizados pela China, aumentando sua capacidade de monitorar e controlar as atividades na região.

Essas ações têm gerado preocupações sobre a militarização do Mar do Sul da China e têm sido interpretadas por outros países como uma ameaça à liberdade de navegação e à estabilidade regional. De acordo com Hendler e Motta (2021), com o crescimento econômico e militar chinês no pós anos 2000, os países do sudeste asiático procuraram investir em

armamentos, entretanto é necessário diferenciar nesse caso os conceitos “desenvolvimento de armas” e “corrida armamentista”. Sendo assim, os autores citam que o “desenvolvimento de armas” seria uma questão envolvendo o período de tempo que os dois países levam para desenvolver armamentos diante de um problema. Entretanto, a “corrida armamentista” seria uma série de motivos que levariam ao crescimento do nível de armamentos durante um tempo. Logo, de acordo com Hendler e Motta (2021), pode-se concluir que mesmo diante de uma grande quantidade de investimentos em armamentos, os países regionais não buscavam ultrapassar ou competir seu nível bélico com o da China, mas sim ter capacidades necessárias para se defenderem ou diminuir tamanha diferença diante da potência bélica regional. No gráfico, a seguir, pode-se perceber o crescimento dos investimentos em armamentos pelo sudeste asiático:

**Figura 4** - Crescimento de armamentos pelo Sudeste Asiático (USD billion)



**Fonte:** Created by authors with data from SIPRI (2019)

Observando que o governo chinês tem aumentado sua presença militar no MSC e que os países têm buscado ampliar seus armamentos, é possível afirmar que vários incidentes que foram registrados, nos quais navios e aeronaves de países vizinhos foram confrontados ou impedidos de operar em águas disputadas, têm aumentado as tensões e o risco de conflito.

A geopolítica do Mar do Sul da China após os anos 2000 também tem sido influenciada pelo envolvimento de outros atores internacionais. Os Estados Unidos, por exemplo, têm demonstrado preocupação com a expansão chinesa e têm conduzido operações de liberdade de navegação, desafiando as reivindicações excessivas da China. Além disso, países da região,

como os Estados-Membros da ASEAN, principalmente Filipinas e Vietnã, têm buscado apoio internacional e se envolvido em esforços diplomáticos para resolver as disputas de forma pacífica (KYUNG SUK LEE; KYU YOUNG LEE, 2017).

Visto que o Mar do Sul da China se tornou uma região de potencial conflito devido às políticas expansionistas chinesas, crescimento no número de operações militares por parte dos países regionais e Estados Unidos, além do aumento da rivalidade entre China e Estados Unidos e a disputa por aliados regionais, o qual inclui a questão da independência de Taiwan. A seguir, são descritas as diversas datas marcantes para a região do Mar do Sul da China pós anos 2000 que delimitou a atual situação na região do MSC:

- **Novembro de 2002 - Código de Conduta da ASEAN e da China**

A China e ASEAN assinam a Declaração ASEAN-China sobre a Conduta das Partes no Mar da China Meridional, cujo intuito é buscar aliviar as tensões no MSC e buscar soluções pacíficas. O Council on Foreign Relations (2020) ainda afirma:

“A assinatura da China marca a primeira vez que aceita uma abordagem multilateral para a questão. Embora a declaração fique aquém de um código de conduta obrigatório, como as Filipinas buscavam, ela sinaliza o reconhecimento da China de que tal acordo poderia funcionar a seu favor, limitando o risco de conflito na área, que poderia envolver os Estados Unidos na disputa.”

- **18 de junho de 2008: China e Japão assinam acordo conjunto de energia**

De acordo com o Council on Foreign Relations (2020):

“Após anos de disputa sobre os campos de gás no Mar da China Oriental, o Japão e a China assinam um Acordo Conjunto de Desenvolvimento de Energia que inclui o campo de Chunxiao/Shirakaba, potencialmente rico em gás. Os dois países concordam em explorar quatro campos em conjunto, interromper o desenvolvimento em águas contestadas e colaborar em pesquisas e investimentos conjuntos (...).”

Entretanto, após o acordo, o governo chinês iniciou uma série de explorações de recursos em Tianwaitiano, em 2009, o qual causou grande rejeição para os japoneses que protestaram contra a presença da China, portanto o acordo bilateral citado foi pouco explorado pelos países após essa ocorrência (Council on Foreign Relations, 2020).

- **Maio de 2009: Malásia e Vietnã apresentam reivindicações da ONU**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“A Malásia e o Vietnã apresentam uma apresentação conjunta à Comissão da ONU sobre os Limites da Plataforma Continental para estender suas plataformas continentais além das duzentas milhas náuticas padrão de suas costas, renovando o atrito sobre a soberania marítima no Mar da China Meridional (...).”

Entretanto, o governo chinês se opôs diretamente aos países demandantes durante a conferência realizada em Hanói, em 2009, alegando que, de acordo com Council on Foreign Relations (2020), Malásia e Vietnã estão “infringindo gravemente” a soberania chinesa na região do MSC.

- **23 de julho de 2010: Estados Unidos confirmam interesse no Mar da China Meridional**

Durante a Reunião de Segurança Regional Asiática, realizada em Hanói, a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, alega que o governo americano alega neutralidade diante da questão da soberania no MSC e que preza pela liberdade de acesso aos bens marítimos da região, sendo assim, seu discurso tinha o intuito de negar apoio ao governo chinês diante das disputas regionais, entretanto a China, posteriormente, informou que “não tolerariam interferência externa” (Council on Foreign Relations, 2020).

- **1º de junho de 2011: Filipinas convoca enviado chinês**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“As Filipinas convocam um enviado chinês para expressar sua crescente preocupação com incursões navais em seu território reivindicado depois de registrar pelo menos cinco incursões de navios chineses no ano passado perto das ilhas Spratly e do Amy Douglas Bank, na costa da ilha de Palawan. Essas incursões começam no início de março, quando navios de vigilância chineses forçam uma embarcação filipina que realiza pesquisas no Reed Bank a deixar a área. Ambas as partes declaram o incidente como violações da Declaração ASEAN-China de 2002 sobre a Conduta das Partes no Mar da China Meridional, e o evento desencadeou uma série de escaramuças na região entre os dois países. O impasse diplomático em junho ocorreu dias depois que o Vietnã protestou contra o suposto assédio da China a seus navios de exploração de petróleo; O Vietnã vinha trabalhando com corporações multinacionais, incluindo ExxonMobil e Chevron, para desenvolver ativos de hidrocarbonetos.”

- **Outubro de 2011: Filipinas renomeiam Mar da China Meridional**

Após a insatisfação do governo filipino diante de diversos problemas com navios chineses, de acordo com Council on Foreign Relations (2020), Filipinas começou a se referir ao MSC como Mar das Filipinas Ocidental, além de assinar uma ordem que refere seu poder e direito de usufruir das referidas áreas marítimas. Além disso, o Council on Foreign Relations (2020) afirma:

“A secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, também começa a referir-se ao Mar da China Meridional como o Mar das Filipinas Ocidental, afirmando numa conferência de imprensa conjunta em novembro de 2011 com o seu homólogo filipino o “vigor” da aliança dos dois países, particularmente “num momento em que a As Filipinas estão enfrentando desafios à sua integridade territorial” na região oceânica.”

- **17 de novembro de 2011: Obama cita reequilíbrio estratégico dos EUA para Ásia-Pacífico**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, faz um discurso histórico no parlamento australiano, anunciando que os Estados Unidos irão direcionar sua atenção estratégica para a Ásia-Pacífico, particularmente a parte sul da região. O governo Obama anuncia o envio de novas tropas e equipamentos para a Austrália e Cingapura e promete que as reduções nos gastos com defesa não ocorrerão às custas dos compromissos com a região. As negociações continuam sobre a Parceria Trans-Pacífico (TPP) , um acordo de livre comércio visto como um passo significativo em direção a uma maior integração econômica dos EUA com a Ásia-Pacífico. Notavelmente, a China está excluída das negociações.”

- **8 de abril de 2012: Incidente de Scarborough Shoal**

Após o incidente entre os barcos de pesca chineses e o despacho de um navio de guerra por parte de Filipinas para prendê-los ao redor das ilhas Spratly, as relações sino-filipinas se tornaram mais conflituosas levando a uma série de apreensão de produtos de carga e pescaria no MSC. Após a apreensão de bananas que gerou um prejuízo de US \$34 milhões, o governo filipino, juntamente com ASEAN, iniciou uma busca para legitimar sua presença na região, principalmente pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, buscando garantir sua soberania local.

- **12 de setembro de 2012: China reivindica linhas de base marítimas territoriais**

Após a nacionalização das ilhas Senkaku pelo governo japonês, devido a apresentação das reivindicações chinesas na ONU sobre o MSC, o governo chinês declarou soberania argumentando que, por questões históricas e geológicas, a China tinha o direito de exercer sua soberania sobre as ilhas que estavam até o momento sob o controle do Japão. De acordo com Council on Foreign Relations (2020), Hillary Clinton, Secretária de Estado dos Estados Unidos, exclama a necessidade de ambos manterem as relações pacíficas diante dessas desavenças.

- **22 de janeiro de 2013: Filipinas arquiva arbitragem da ONU sobre reivindicações de soberania da China**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“As Filipinas iniciam um processo de arbitragem internacional sob UNCLOS sobre as reivindicações chinesas de soberania para as Ilhas Spratly e Scarborough Shoal originárias dos confrontos de abril de 2012, agindo em décadas de tentativas paralisadas de resolução. A China rejeita o processo, obrigando o tribunal e sua arbitragem a continuar sem sua participação. O caso marca a primeira vez que um país apresentou uma reclamação contra a China sob a CNUDM sobre o assunto.”

- **Maio de 2013: Japão oferece ajuda militar**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“O Japão oferece ajuda militar pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, uma tentativa de fortalecer suas alianças regionais do Sudeste Asiático em relação à China, fornecendo US\$ 2 milhões para treinamento de socorro em desastres em Timor Leste e Camboja, historicamente um aliado de Pequim. À medida que as ameaças marítimas da China aumentam, o Japão considera a venda de equipamentos militares, incluindo hidroaviões e, eventualmente, até submarinos de águas rasas, indicando um esforço para aumentar sua influência na região. Em maio de 2013, o Japão anunciou que fornecerá barcos de patrulha para a Guarda Costeira das Filipinas para aumentar as capacidades do país no Mar da China Meridional e conter a crescente presença marítima da China na região. O alcance do Japão marca uma mudança visível nas políticas externa e de defesa tradicionalmente pacifistas do país.”

- **Março de 2014 a julho de 2016: China e Filipinas no Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia**

Considerado como um dos eventos mais importantes nas relações entre China, Filipinas e Estados Unidos no Mar do Sul da China, o envolvimento do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, entre 2014 e 2016, foi um marco histórico para determinar a atual situação do MSC. De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“O Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia decide a favor das Filipinas em um caso aberto em 2013 contra a República Popular da China. O tribunal considera que a declarada “linha de nove traços” da China não tem base legal para suas reivindicações de direitos históricos aos recursos no Mar da China Meridional. O tribunal também determina que nenhuma das características do terreno atende aos requisitos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito e o Mar (UNCLOS) para gerar uma zona econômica exclusiva de 200 milhas náuticas para a China; muitas das características são o resultado da extensa recuperação de terras chinesas. O tribunal diz que Pequim violou suas obrigações como membro da UNCLOS, dizendo que suas atividades de construção de ilhas prejudicaram o ambiente marinho e as práticas inseguras de seus navios aumentaram os riscos de navegação. O Ministério das Relações Exteriores da China diz que reconhece a sentença do tribunal.”

De acordo com Cruz de Castro (2022), Estados Unidos e Filipinas já mantinham relações contínuas, principalmente na questão de armamentos, porém após o governo chinês negar a decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem, o governo filipino estreitou suas relações com Washington com o intuito de negar as ações chinesas sobre o Mar Meridional da China e sua decisão perante o Tribunal.

- **28 de abril de 2014: EUA e Filipinas assinam novo pacto de defesa**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, na última etapa de uma viagem a quatro países da Ásia, assina um novo pacto militar de dez anos com as Filipinas. Sob o Acordo de Cooperação de Defesa Aprimorada, os militares dos EUA ganharam maior presença de tropas rotativas no país, participaram de mais treinamento conjunto e teriam maior acesso a bases em todo o arquipélago, incluindo portos e aeródromos. O acordo é o ponto central da primeira visita de Obama às Filipinas, o mais antigo aliado dos Estados Unidos na região, e ressalta o compromisso do governo com o “pivô” da Ásia. Embora Obama expresse solidariedade com Manila, que busca arbitragem internacional sobre as disputadas ilhas do Mar da China Meridional, ele insiste que o acordo não visa conter a China.”

- **4 de maio de 2014: Navios vietnamitas e chineses colidem após China mover plataforma de petróleo**

O governo vietnamita autoriza a intervenção no local para impedir que a China construa uma plataforma de petróleo perto das Ilhas Parcel, conseqüentemente o governo chinês envia quatro navios para contrapor a decisão do Vietnã e ocorre colisões de diversos navios (Council on Foreign Relations, 2020). Após o incidente, ocorreram diversos protestos no Vietnã anti-china, além de vandalizarem “centenas de empresas chinesas”, diante disso, o governo chinês autorizou a retirada de sua plataforma no local (Council on Foreign Relations, 2020).

- **26 de outubro de 2015 - Patrulhas de navios de guerra dos EUA perto de ilhas construídas na China**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020), vários navios militares navegaram próximos as ilhas artificiais construídas pelo MSC para afirmar a “liberdade de navegação”. A decisão do governo norte-americano foi reprovada pelo embaixador da China nos Estados Unidos que alegou ser uma “séria provocação, política e militarmente”. De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“A missão ocorre depois que um relatório do Departamento de Defesa dos EUA de agosto de 2015 diz que a China recuperou quase três mil acres em ilhas conhecidas como Spratlys. Os esforços de recuperação de terras da China, incluindo o desenvolvimento de infraestrutura, superam os 40 hectares construídos por outros reclamantes nos últimos 45 anos. No Shangri-La Dialogue anual de 2015 em Cingapura, o secretário de Defesa dos EUA, Ash Carter, exorta Pequim a interromper seus projetos de construção, expressando preocupação com a perspectiva de uma maior militarização no Mar da China Meridional.”

- **14 de fevereiro de 2016: China implanta mísseis em Parcelas**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020), as autoridades americanas e taiwanesas afirmaram que a China tem implantado mísseis ao redor das Ilhas parcel no MSC, além disso Estados Unidos afirma que isso poderá causar maior tensão diante desta “militarização” nas disputas regionais, entretanto o governo chinês responde que estão apenas exercendo seu direito diante de sua soberania no território local.

- **15 de dezembro de 2016 - China apreende drone submarino dos EUA**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“Um navio de guerra chinês sequestra um drone subaquático da Marinha dos EUA que coletava dados científicos no Mar da China Meridional, segundo o Pentágono. Autoridades dos EUA disseram que o navio chinês ignorou seus pedidos para devolver o drone e partiu com ele. Dias depois, a China concorda em devolver o drone, mas critica os Estados Unidos por ‘exagerar’ a disputa, enquanto o Pentágono sustenta que foi uma ‘apreensão ilegal’ que não deve se repetir.”

- **30 de setembro de 2018: Navios de guerra americanos e chineses quase colidem**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“Um contratorpedeiro americano evita por pouco a colisão com um contratorpedeiro chinês perto das Ilhas Spratly. O Pentágono diz que o navio chinês, o Lanzhou, passou a quarenta e cinco jardas do USS Decatur, que conduzia uma operação de rotina de liberdade de navegação.”

Após o incidente, o governo chinês alegou que as patrulhas norte-americanas estão ameaçando a soberania chinesa, além disso o Ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Jim Mattis, cancelou sua ida a China e o Ex-Presidente norte-americano, Donald Trump, afirmou que sua relação com o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, não está tão amigável (Council on Foreign Relations, 2020).

- **5 de abril de 2019 - Presidente filipino alarmado com navios chineses**

De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“O ex-presidente filipino, Rodrigo Duterte, avisou que enviaria tropas em uma ‘missão suicida’ se a China continuar a enviar navios para perto da ilha de Thitu, ocupada pelas Filipinas, na cadeia de Spratly. Sua ameaça ocorreu depois que mais de duzentos navios chineses foram vistos perto da ilha de janeiro a março. As Filipinas estavam construindo uma rampa de praia na ilha, que também é reivindicada pela China, para facilitar a entrega de equipamentos e suprimentos de construção.”

- **Fevereiro de 2020: Tensões aumentam no Mar do Sul da China em meio à pandemia**

Durante a pandemia do coronavírus, a China se mostrou mais agressiva e assertiva nas suas reivindicações no MSC. No início de 2020, o governo chinês iniciou uma série de medidas na região como autorização de um sistema mais ofensivo sobre a marinha filipina nas Ilhas Spratly e maiores atividades militares nos recifes Fiery Cross e Subi (Council on Foreign Relations, 2020). De acordo com Council on Foreign Relations (2020):

“Em abril de 2020, o Vietnã apresentou uma queixa formal sobre as ações da China depois que um navio chinês abalroou e afundou um barco de pesca vietnamita perto do Paracels. Logo depois, Pequim estabelece dois distritos administrativos que cobrem as ilhas Paracel e Spratly; as Filipinas e o Vietnã denunciam a mudança.”

- **2022: Guerra da Ucrânia e a derrubada do papel da Rússia nas disputas do Mar do Sul da China**

Diante da eclosão da Guerra da Ucrânia, em 2022, os países do Sudeste Asiático afirmaram sua reprovação diante das decisões da Rússia sobre a invasão da Ucrânia, por exemplo, países como Singapura iniciaram suas sanções sobre o governo russo. Além disso, há um receio diante do alinhamento direto vindo de Xi Jinping, pois caso fosse adotado a posição chinesa mais direta em relação ao seu apoio a Rússia, os países regionais temem que a China iniciou uma série de medidas mais assíduas e diretas na região, logo a diplomacia russa no Sudeste Asiático entra em crise diante de suas medidas atuais sobre a Ucrânia (Center for Strategic & International Studies, 2022). De acordo com o Center for Strategic & International Studies (2022):

“Ciente da propensão instintiva das nações do Sudeste Asiático para a diversificação estratégica, uma Rússia empreendedora se apresentou como uma “terceira força” confiável tanto para o Ocidente quanto para a China. Ansiosa para manter Moscou ao seu lado, especialmente em meio a uma furiosa Nova Guerra Fria com o Ocidente, Pequim tolerou amplamente a pirataria estratégica de seu suposto aliado em seu próprio quintal marítimo. Mas a decisão descarada do presidente Vladimir Putin de invadir a Ucrânia, que transformou a Rússia na nação mais fortemente sancionada do mundo, pode alterar drasticamente esse tênue estado de coisas.”

Desta forma, diante dos pontos históricos abordados acima, é possível afirmar que após a ascensão da China como potência que teve maior grau durante o início dos anos 2000, o governo chinês adotou uma postura mais assertiva na região do Mar dos Sul da China, sendo

assim, os países que possuem interesses no MSC tentam impedir a expansão do domínio chinês por meio de alianças e denúncias aos tribunais internacionais. Entretanto, diante da disputa entre Estados Unidos e China como potência global que têm sido um dos grandes debates contemporâneos, pode-se afirmar que as relações entre China, Estados Unidos e países vizinhos ou próximos ao MSC têm sofrido alterações diante das estratégias políticas e militares das duas grandes potências globais. Sendo assim, mostra-se necessário abordar as principais estratégias pelo governo chinês e estadunidense na região, as quais serão explicadas com base na teoria realista das Relações Internacionais.

## 2. A TEORIA REALISTA E AS ESTRATÉGIAS DE CHINA E ESTADOS UNIDOS NA AMPLIAÇÃO DE SUAS ZONAS DE INFLUÊNCIA COM FILIPINAS, TAIWAN, INDONÉSIA, VIETNÃ E MALÁSIA

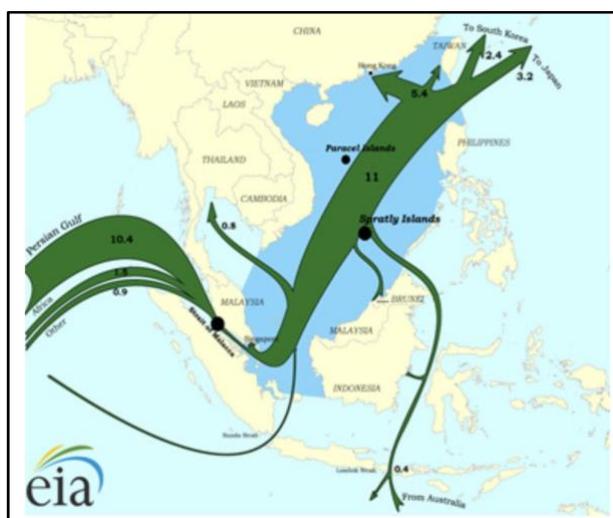
Como foi citado, o Mar do Sul da China é uma das principais regiões a qual possui alto nível de recursos naturais, além de obter uma das maiores rotas comerciais, sendo um dos pontos centrais para entender as relações entre Estados Unidos, China e países regionais.

Diante desses aspectos, é necessário analisar o motivo pelo qual o Mar Meridional da China é uma região de tamanha importância, além disso será abordado as principais estratégias realizadas pelo governo chinês e estadunidense, cujos interesses serão explicados por meio da teoria realista.

De acordo com a figura 5, é possível afirmar que o MSC possui um grande fluxo comercial que abrange uma parte das rotas de petróleo não-refinado e gás natural, logo, de acordo com Aguilar (2019, p. 309):

“No que diz respeito ao petróleo não-refinado, estima-se que cerca de 14 milhões de barris passem pelo Mar do Sul da China e pelo Golfo da Tailândia diariamente, o que representa quase um terço da movimentação global de petróleo (...). Destes, 1,4 milhões de barris vão para portos em Singapura e Malásia, onde são reprocessados e revendidos como petróleo refinado. O restante, segue pelo Mar do Sul da China rumo à China e ao Japão, os dois maiores consumidores de energia no continente asiático.”

**Figura 5** - Fluxo comercial de petróleo não-refinado de estreitos rumo ao Mar do Sul da China



Fonte: EIA, op.cit.

Diante das ameaças a suas linhas de conexão com outras rotas comerciais devido a sua constante militarização, de acordo com Aguilar (2019), existem dados que afirmam os principais prejuízos comerciais que os países do sudeste asiático sofreriam caso ocorresse o fechamento de rotas na região a qual seria de milhões de dólares. De acordo com os dados fornecidos pelo China Power, um terço do comércio mundial é dependente de suas rotas, principalmente para China, Taiwan, Japão e Coreia do Sul. Diante dos dados levantados em 2016, 64% do comércio marítimo chinês transpassa pelas rotas do MSC, além disso, países de diferentes regiões dependem, no mínimo, mais de 5% de seu transporte marítimo (observar figura 6):

**Figura 6** - Relação entre o comércio marítimo dos países de diferentes regiões no Mar do Sul da China

Country	% Share of World GDP	Trade Value through South China Sea (USD billions)	South China Sea Trade As % of All Trade in Goods
United States	24.5	208	5.72
China	14.8	1470	39.5
Japan	6.53	240	19.1
Germany	4.58	215	9.00
United Kingdom	3.46	124	11.8
France	3.26	83.5	7.77
India	2.99	189	30.6
Italy	2.45	70.5	8.14
Brazil	2.37	77.3	23.4

**Fonte:** CSIS ChinaPower Project | International Monetary Fund. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/>

Visto que o MSC possui alto valor comercial e natural, os países demandantes, além da China, Filipinas, Vietnã, Malásia, Singapura, Taiwan e Brunei, tentam ampliar sua plataforma continental e obter uma parte do território em questão.

## 2.1 As principais estratégias dos Estados Unidos no MSC

O Mar do Sul da China tem sido um dos locais de estratégia política e militar mais importantes desde o início do século XXI. Sua importância para o governo estadunidense está atrelado ao fato de possuir forte influência no seu ramo comercial, além disso, é uma região de grande importância estratégica diante das disputas territoriais entre China e Taiwan, pois há um número considerável de bases militares ao redor que ajudam na influência americana regional. Outro fator importante é a defesa, por parte dos Estados Unidos, da liberdade de navegação na área, pois o domínio chinês na região poderia causar tanto prejuízos comerciais diante do volume de mercadorias que circulam na região, quanto políticos diante da reivindicação por parte de seus aliados como Filipinas, Taiwan, Singapura e outros países próximo à região como Coreia do Sul e Japão.

Diante dessas características, Mishin (2021, p.157) cita 3 principais interesses dos Estados Unidos na região:

“(i) Interesses econômicos relacionados às rotas marítimas que atravessam o MSC; (ii) Retenção e consolidação de laços de defesa com aliados da região Asia-Pacífico e parceiros de segurança estratégica, especialmente aqueles que têm disputas territoriais com a China, além de impedir que Pequim ganhe superioridade militar e (iii) Manter a liberdade de navegação no MSC, comércio sem obstáculos e do cumprimento das regras e disposições da Convenção sobre o Direito do Mar de 1982.”

A presença americana na região, de acordo com Santiago (2020), começou a ser mais assertivo durante o período presidencial de Barack Obama que buscava um "reequilíbrio estratégico" no continente asiático, pois temia que a China estivesse moldando suas raízes na região de tal forma que estaria formando um sistema voltado apenas para seus interesses e regras. Além disso, os Estados Unidos historicamente possui uma vasta gama de bases militares espalhadas pelo oceano pacífico, as quais possuem valor militar estratégico para manter o controle e *status quo* regional (SANTIAGO, Claudia, 2020, p.70).

Diante desses aspectos, de acordo com B Stone (2018), a região do MSC possui valor estratégico para o governo norte-americano pois é possível manter suas bases militares como uma forma de encurralar o sistema de segurança chinês, além disso, possuem maior facilidade para manter sua zona de influência política e econômica, principalmente ao apoiar os interesses de seus aliados regionais por meio do princípio de Liberdade de Navegação e investimentos em armamentos, B Stone (2018, p.8) ainda afirma:

“É provável que os EUA incentivem aliados da região, como Austrália e Japão, a realizar operações semelhantes, a fim de enfatizar a alegação de que as águas do MSC são internacionais. Aliados europeus também podem se envolver. O Reino Unido e a

França manifestaram interesse em realizar missões no Mar Meridional, que podem justificar em termos de defesa do direito internacional”

Dito isso, é necessário abordar as principais estratégias estadunidenses na região do MSC com o intuito de manter sua zona de influência e impedir o expansionismo chinês, sendo as principais a) reiterar as relações políticas entre os países do sudeste asiático e b) defesa do princípio de liberdade de navegação. A seguir, será abordado detalhadamente estas duas principais estratégias.

#### **a) Fortalecimento das relações diplomáticas entre EUA e Sudeste Asiático**

De acordo com Heritage e Lee (2020), o governo americano busca estabelecer sua influência na região marítima por meio de um sistema de alianças e parcerias regionais, o qual é baseado nos princípios do direito internacional como “soberania nacional, livre intervenção, livre navegação marítima e operações militares pelo pacífico”, além disso Heritage e Lee (2020, p. 145-146) ainda pontuam:

“Há várias razões pela qual proteger os princípios desta ordem, e o status quo, é fundamental para Washington. Primeiro, é a exigência da Marinha dos EUA de manter acesso livre e aberto dos oceanos do mundo, um dos bens comuns globais (...). Em segundo lugar, proteger a ordem marítima em regras internacionais é fundamental para manter os estados proeminentes dos EUA dentro da ordem regional hierárquica. Quaisquer mudanças significativas na ordem marítima existente no Mar da China Meridional por um desafiante a essa ordem provavelmente incentivarão outros estados a pressionar mudanças em outros espaços marítimos.”

Além disso, o apoio aos países regionais contra as reivindicações chinesas dificultam as relações sino-asiáticas, sendo assim, há um aumento na dificuldade por parte da China de expandir sua zona de influência colocando em risco seu plano de aumentar sua plataforma continental e ampliação de poder econômico e político, sendo assim, as políticas voltadas para “liberdade de navegação” e a estratégia de “Free and Open Indo-Pacific” (FOIP) são uma das principais bases para formar alianças contra o posicionamento da China e fortalecer as relações diplomáticas EUA-Sudeste Asiático, Heritage e Lee (2020, p. 146) ainda afirma:

“Espera-se que o elemento de segurança da estratégia FOIP, além dos elementos econômicos e comerciais, atue como uma arquitetura de segurança abrangente contendo o sistema de aliança, os crescentes agrupamentos mini-laterais que se desenrolam em toda a região (por exemplo, cooperação entre Austrália-Japão-Índia, EUA-Japão-Coreia do Sul, e o QUAD Austrália-Índia-Japão e EUA, o qual tem o objetivo de proteger esses sistema de alianças e as normas liberais, e fortalecer a supremacia naval dos EUA).”

Diante desses aspectos, desde suas estratégias estabelecidas na Guerra Fria para frear os países comunistas na Ásia, o governo norte-americano utiliza dessas alianças regionais para manter seu sistema de segurança e supremacia militar na região. Na figura 7, é possível observar suas bases militares centrais próximos ao MSC e no Oceano Pacífico, sendo eles mantidos pelos principais aliados dos EUA

**Figura 7** - Principais bases militares dos EUA ao redor da China



**Fonte:** US bases positioned for war against China. Solidarity. 19 de Janeiro de 2023.

Disponível em: <https://solidarity.net.au/highlights/us-bases-positioned-war-china/>

Acerca do Mar Meridional, os Estados Unidos buscam dar suporte aos Estados que estão dispostos a defender suas demandas com base nas regras estabelecidas pelas ASEAN e pelo princípio de liberdade de navegação, sendo assim, faz-se necessário abordar os principais acordos bilaterais entre EUA e região.

De acordo com Cruz de Castro (2022), as relações EUA-Filipinas no Mar do Sul da China obteve devida importância durante os anos 90, além disso, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo americano iniciou uma série de estratégias militares por meio da construção de bases militares em Filipinas, Coreia, Japão, Taiwan e Ryukyu Island. Além disso, durante a Guerra Fria, houve um grande investimento em armamentos para o governo filipino por parte dos Estados Unidos para promover a segurança interna do país, sendo assim, no decorrer do século XX, os dois países realizaram uma série de acordos bilaterais como Tratado de Defesa Mútua (Mutual Defense Treaty - MDT) em mil novecentos e cinquenta, o Visiting Forces

Agreement (VFA) em 1999, foram importantes para o ampliamiento e aprimorando do exército filipino gerando maior segurança interna e fortalecimento de suas relações diplomáticas com os EUA, Cruz de Castro (2022, p.105) ainda afirma:

“Os países também desenvolveram interoperabilidade não apenas em termos de equipamentos, inteligência, navegação e comunicações, mas, mais importante, nas áreas de doutrinas militares e perspectiva e mentalidade estratégicas comuns. Essas capacidades militares provaram ser inestimáveis na salvaguarda da soberania filipina e dos direitos soberanos sobre partes do Mar da China Meridional.”

Abordando especificamente sobre o MSC, após ASEAN assinar, em 2002, a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China, a presença estadunidense na região se tornou crucial para defender as políticas chinesas, logo durante o período do ex-presidente das Filipinas, Noynoy Aquino, o governo filipino demandou dos EUA ampliação de suporte nos campos navais e aéreos no Mar Meridional, especialmente nas ilhas Spratlys, consequentemente em 2014 foi assinado outro acordo bilateral chamado “*Enhanced Defense Cooperation Agreement* (EDCA)” o qual Filipinas buscava ampliar sua zona de influência e soberania diante da disputa com a China (CRUZ DE CASTRO, Renato, 2022, p. 104-105).

Outro exemplo de aliança regional de extrema importância para as questões no MSC é a formação do Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quadrilateral Security Dialogue - QUAD) o qual envolve os Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia e se autodenominam como uma aliança representativa da democracia que visa impedir a expansão chinesa nos oceanos pacífico e Índico, sendo assim, o objetivo americano de “isolar” a China se torna mais preciso e eficaz ao utilizar as alianças regionais para diminuir a influência política e militar chinesa (MISHIN, Igor, 2021, p. 166-167). Dito isso, a autora Marinelli (2020, p.124), ainda pontua:

“Além disso, as parcerias ajudaram a capacitar esses países asiáticos a se tornarem autossuficientes e também ajudaram em sua transformação de nações devastadas pela guerra em economias prósperas. O resultado do aumento da presença dos Estados Unidos levou a notavelmente menos ameaças sérias à paz na região. O Japão, por exemplo, foi capaz de redistribuir seus recursos da segurança ao desenvolvimento econômico, O que resultou em um enorme boom na expansão econômica e um aumento notável nos padrões de vida.<sup>58</sup> Esse sucesso econômico foi espelhado em países como Coreia do Sul, Taiwan e China, que replicaram o sucesso do Japão com ajuda externa e oportunidades de investimento, levando a taxas ainda mais rápidas de crescimento econômico e padrões de vida mais altos.<sup>59</sup> Essencialmente, os laços criados entre os Estados Unidos e esses países asiáticos produziram uma rede inclusiva que incentiva a integração regional e internacional”.

## **b) Promoção do princípio de “Liberdade de Navegação”**

Outra principal estratégia política americana na região se baseia no princípio de “livre navegação”. De acordo com Suk Lee e Young Lee (2017), o princípio de Liberdade de Navegação (Freedom of Navigation Operations - FONOPs) é uma forma do governo americano de manter as águas internacionais fora de possibilidade de posse por algum Estado, além disso, a FONOPs serve de base para os Estados Unidos manterem sua supremacia militar defendendo os direitos marítimos estabelecidos pela UNCLOS. Na região do MSC, as operações possuem o intuito de protegerem a região e para obter informações restritas dos países ao redor por meio de tecnologias avançadas, Suk Lee e Young Lee (2017, p.459) ainda afirmam que:

“Os direitos da Liberdade de Navegação do Mar da China Meridional são importantes para a colocação de cabos submarinos, levantamentos hidrográficos, atividades de telecomunicações e a coleta de dados meteorológicos e oceanográficos marinhos, que fornecem a infraestrutura fundamental para operações navais efetivas no MSC.”

Visto que o governo norte-americano tem promovido essa ideia para manter o status quo regional e supremacia militar, o governo chinês tem adotado uma posição mais afrontosa e direta diante da presença americana que tem adotado várias medidas para adquirir vantagens de conhecimento e acesso à informação por meio da “Third Offset Strategy” o qual usam tecnologias para obter dados tanto sobre a China quanto sobre outros países regionais, sendo assim, de acordo com Scobell (2018, p. 204) “O que a *Third Offset Strategy* enfatiza são os avanços tecnológicos nos domínios do mar e aéreo, com foco no combate ao armamento guiado”. Diante disso, Scobell (2018, p. 219) acrescenta que:

“Oficialmente, os EUA. A Marinha realiza FONOPS em águas internacionais ao redor do mundo, a fim de ‘demonstrar uma não-aquiescência a reivindicações marítimas excessivas afirmadas pelos estados costeiros’. Além disso, o programa de longa data dos EUA para defender o princípio da liberdade de navegação inclui não apenas ‘atividades operacionais das forças militares dos EUA’, mas também ‘consultas e representações por diplomatas dos EUA’. A interpretação dos EUA da UNCLOS é que os navios militares podem operar sem obstáculos em águas internacionais, ou seja, em qualquer lugar fora do limite de 12 milhas náuticas das águas territoriais de um país. Em contraste, a China insiste que um país tem direitos adicionais dentro de sua ZEE de negar o acesso aos navios militares de outro estado, a menos que a permissão tenha sido concedida.”

Dito isso, de acordo com Scobell (2018), após a decisão da Corte Internacional Permanente de Arbitragem de Haia, citado no capítulo anterior, o governo americano se propõe a defender a região com base nos princípios da UNCLOS e na decisão arbitrária, principalmente após o governo chinês negar a decisão tomada pela corte.

Visto que o total domínio chinês na região poderia causar danos econômicos, político e militares para o governo estadunidense, Washington busca reforçar apoio regional de seus

aliados para manter a livre navegação, apoio das reivindicações pelos países que se opõe ao domínio chinês no Mar Meridional e mantém apoio a Taiwan buscando fortalecer influência regional.

As ações estadunidenses podem ser explicadas pelo conceito de “harmonia de interesses” escrita no livro “20 anos de crise” pelo autor Edward Carr (2001). O conceito pode ser definido como a extensão do interesse próprio de um indivíduo para a comunidade o qual é estabelecido como interesse de todos, logo qualquer indivíduo que queira divergir-se desse interesse posto, é considerado uma ameaça à paz e ao bem-comum (Carr, Edward, 2001, p.59). Diante dessas características, pode-se explicar as estratégias norte-americanas com base na ideia de harmonia de interesses, pois, como foi dito anteriormente, os EUA buscam promover a ideia de liberdade de navegação e respeito ao Direito Internacional Marítimo como uma regra universal para manter o status quo da arquitetura internacional, sendo assim, a oposição chinesa aos ideais americanos e visto como algo desafiante a paz e bem-estar nas relações entre países regionais e com o Ocidente, além disso, Carr (2001) afirma que assim como o Estado precisa criar uma harmonia interna para gerar estabilidade dentro do território, logo a ideia de que todos os países na política internacional tem interesse comum de forma natural em certos assuntos não é coerente a realidade, consequentemente, é possível explicar o porquê de países como a China desafiam as normas impostas pelos Estados Unidos no MSC, pois o governo chinês não está em concordância que as regras da UNCLOS e o princípio de liberdade de navegação adotado pelos EUA e a opção mais benéfica.

## **2.2 As principais estratégias da China no MSC**

Como foi citado, o Mar do Sul da China possui uma diversidade de recursos naturais e pode ser considerado um local com uma das maiores rotas comerciais do mundo. Diante dessas características, a República Popular da China possui uma série de estratégias políticas, econômicas e militares para impor sua soberania regional e expandir seu domínio, assim como afirma B Stone (2018, p. 138):

“Militarmente, a China está a intensificar a construção do seu exército, nomeadamente a modernização da sua força naval com a construção da base naval de Sanya (Hainan) que serve de porta de avanço para o Mar da China Meridional.”

Além disso, o governo chinês tem intensificado sua ampliação de investimentos nos países locais, principalmente após a criação do Banco Asiático de Investimento (*Asian Infrastructure Investment Bank*). Diante disso, Blackwill e Harris (2016) alegam que as

principais estratégias chinesas na região são: Aumento de sanções aos países que estão envolvidos nos conflitos com a China, diminuir a maior parte das relações americanas com a região e melhorar as relações diplomáticas entre China e países vizinhos. Logo, pode-se afirmar que a principal forma de coerção chinesa é o *soft power*, afirmada por Gulsen e Muge (2018) argumentando que a China, desde os anos 90, tem utilizado a política do “bom vizinho” para aliviar as tensões regionais, além disso, no governo de Hu Jintao (2004–2005), os conceitos de 和平发展 “Desenvolvimento pacífico” e 和谐世界 “Mundo harmonioso” foram as principais bases de suas políticas para promover cooperação internacional e resolução de conflitos regionais, percebe-se que Pequim buscou, mesmo diante de suas demandas, alcançar seus objetivos por meio da diplomacia de *soft power* (GULSEN e MUGE, 2018, pág. 66).

De acordo com Gulsen e Muge (2018), o grupo Beston Husen Arif alega que as principais formas de praticar seu *soft power* é por meio de: investimentos, programas de intercâmbio, diplomacia pública, ajuda humanitária e contribuições nas instituições multilaterais. Conforme a afirmação, o atual chefe de estado chinês, Xi Jinping, ao assumir seu posto em 2014, confirmou sua intenção de continuar promovendo a soberania chinesa por meio do *soft power*, além de investir em várias iniciativas voltadas para o “sonho chinês”. Diante desses fatores citados, pode-se afirmar que a região do MSC possui relevância para o governo chinês tanto em questões econômicas e comerciais, quanto políticas pois, dessa forma, é possível potencializar seu poder regional por meio de sua supremacia militar, marítima, econômica e política.

Outra questão de extrema relevância no MSC é a disputa sobre o território de Taiwan. A questão da soberania territorial de Taiwan e China teve seu início alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, entretanto a antiga República da China durante seu processo de revolução e adaptação, Taiwan se tornava uma ilha cada vez mais consolidada politicamente e economicamente o que dificultou a aceitação do governo chinês como soberano de seu território.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos iniciaram uma série de estratégias para diminuir a influência da União Soviética e da República Popular da China fortalecendo relações com Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Singapura. Entretanto, o governo chinês não chegou a abdicar o território taiwanês, portanto mesmo após o Tratado de Defesa Mútua entre

EUA e Taiwan em 1954, o governo chinês não aceitou a soberania de Taiwan, logo no governo de Deng Xiaoping (1978-1992) foi decidido que Taiwan estaria sobre o controle chinês pelo princípio de “Um país, dois sistemas”, logo a relações entre China e Taiwan obteve um período de estabilidade política devido a aceitação por parte do governo chinês aos requisitos dos taiwaneses de obterem soberania nas suas decisões econômicas e políticas (GUPTA, Sonika, 2005).

Entretanto, no início dos anos 2000, o governo chinês iniciou uma série de medidas para acelerar o processo de reunificação baseadas principalmente em aplicar sanções à Taiwan ou aos países, como os Estados Unidos, que buscavam estreitar suas relações com a ilha (BLACKWILL E HARRIS, 2016). Diante desses aspectos, a China busca usar o máximo de instrumentos políticos, econômicos e militares para alcançar a unificação China-Taiwan assim como afirma Blackwill e Harris (2016, p. 95-96):

“(..) Pequim manteve seu desejo de reunificação pressionando Taipei com uma gama completa de instrumentos geoeconômicos. A China agora depende cada vez mais de uma estratégia de cerco econômico e penetração para empurrar Taiwan na direção de uma eventual reunificação. Tem duas partes: a primeira é multilateral, refletida em como a China usa a geoeconomia em suas relações em todo o mundo para avançar uma política de uma só China em seus termos; a segunda espelha isso, mas em um nível bilateral, visto em como Pequim faz uso da geoeconomia em suas relações diretas com Taiwan.”

Diante dessa afirmação, pode-se observar que a República Popular da China tem buscado alcançar seus objetivos com Taiwan usando diversas estratégias geopolíticas que estão vinculadas com a questão do Mar do Sul da China, sendo assim, a anexação oficial de Taiwan ao território chinês abrirá mais espaço para o expansionismo chinês na região e diminuição da presença americana visto que as áreas demandadas pela China no *nine dash line* (observar figura 8) incluem todo o território taiwanês.

**Figura 8** - Áreas demandadas pelo governo chinês incluindo todo o território de Taiwan



**Fonte:** The Diplomatic Envoy, Focus on Territorial Disputes: South China Sea, 2016. Disponível em: <https://blogs.shu.edu/thediplomaticenvoy/2016/03/23/focus-on-territorial-disputes-south-china-sea/>

Portanto, visto que Pequim tem usufruído de diferentes formas para alcançar suas demandas na região, faz-se necessário listar suas três principais estratégias políticas, militares e econômicas sendo elas (a) construção de ilhas artificiais, (b) a elaboração do “Colar de Pérolas” e (c) o desenvolvimento da Nova Rota da Seda.

#### **a) Ilhas artificiais construídas pelo governo chinês**

Como foi dito, os EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial possuem tropas militares na região do Mar dos Sul da China como estratégia política para defender a ideia de “liberdade de navegação”, entretanto a China sempre foi um dos principais países que demandam territórios na região, sendo assim, o governo chinês sempre buscou impor sua soberania por meio de construção de bases militares, operações aéreas e navais e atividades comerciais como extração de petróleo e pesca. Diante dessas questões, o governo norte-americano buscou apoiar países costeiros ao Mar Meridional, que também demandam territórios, com intuito de aceitarem a liberdade de navegação ao invés de dividirem a região.

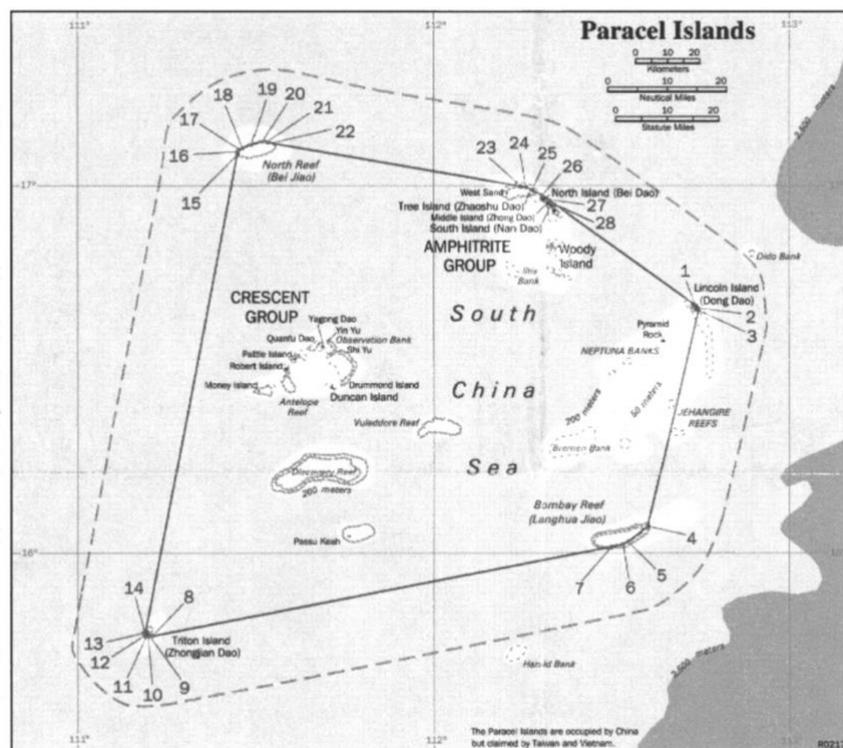
Visto que a China obteve grande crescimento econômico e militar, além de maior influência política, durante o início do século XXI, é possível perceber que houve certa “disputa armamentista” entre os países vizinhos, logo muitos se alinharam aos EUA buscando investimentos e aprimoramentos para estarem similares em questão de poder bélico com a potência regional, entretanto o governo chinês sempre optou por meios mais sutis e pragmáticos

de alcançarem mais poder regional, logo os países vizinhos não costumavam se impor de modo mais bruto diante de suas decisões em órgãos internacionais. Todavia, de acordo com Blackwill e Harris (2016), a questão do Mar do Sul da China pode ser considerado um dos únicos assuntos que a China tem buscado maior assertividade e posicionamento político para resolução de suas desavenças com os países regionais e os Estados Unidos, principalmente por incluir a questão de Taiwan que tem sido grande debate no âmbito internacional.

Visto que suas medidas tem sido considerada agressivas para os países demandantes, atores regionais como Filipinas, Singapura, Vietnã, Taiwan e Japão têm buscado alinhar-se aos EUA para defenderem o princípio de liberdade de navegação e apoiado as “Operações de Liberdade de Navegação” a qual o governo americano realiza patrulhas locais aéreas e navais, além de estabelecerem bases militares ao redor da região. Em contraponto, o governo chinês tem realizado atividades pesqueiras, petrolíferas, operações militares, construção de ilhas artificiais na tentativa de assumir total soberania na região.

A construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China tem sido um dos principais projetos para os anos 2000 pelo governo chinês. O autor Xinjun Zhang (2016), relata que em 1996 a China estabeleceu um esquema (Figura 9) para construção de bases militares ao redor das Ilhas Parcel, as quais são parte dos territórios demandados pelos países vizinhos, entretanto com a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China, negociada pela ASEAN em 2002 a qual aborda sobre comprometimento a buscar uma boa conduta que não interfira na relação pacífica entre os países vizinhos, o governo chinês encontrou mais dificuldades de colocar o projeto das bases militares para fora do papel. (ZHANG, 2016).

**Figura 9** - Plano chinês de construção de bases militares ao redor das Ilhas Parcel



**Fonte:** Declaration on Territorial Sea Baseline of the People’s Republic of China of May 15, 1995

Apesar das invasões ao território feito pela China nos últimos anos, o autor Zhang (2016) alega que não pode-se negar o direito de Pequim de usufruir do espaço por ter legitimidade para realizar suas operações visto que possui soberania e demanda assim como os outros países, além disso ele questiona a ideia de “liberdade marítima” afirmando que não há um limite específico para delimitar quando o Estado pode usar sua liberdade dentro do Mar do Sul da China. O autor traz o argumento do Ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Ash Carter, o qual afirma que mesmo que o governo chinês tenha incluído, no seu direito marítimo interno, soberania sobre o território do MSC, isso não impede os outros países de navegarem legalmente sobre a região, além disso, mesmo que algumas partes tenham sofrido alterações diante da construção de ilhas artificiais pelo governo chinês, a China não pode apenas alegar que as mesmas fazem parte de sua plataforma continental (ZHANG, 2016).

O autor apresenta alguns pontos contraditórios, mas relevantes diante da construção de ilhas artificiais nas elevações de maré baixa (em inglês, *Low Tide Elevation - LTE*), Zhang apresenta que o intuito do governo chinês de transformar essas elevações em ilhas artificiais não fazem muito sentido para estender sua plataforma continental, pois de acordo com a lei marítima internacional, as ilhas artificiais não possuem território legal nos oceanos, entretanto não existe uma cláusula específica sobre as elevações deixando ambíguo o que é legítimo ou

não diante da liberdade dos Estados para usufruir desses espaços como relata Zhang (2016, p. 179):

“In relation to freedom of navigation, the UNCLOS allows the owner(s) of an artificial island to set a safety zone no more than 500 meters wide or otherwise agreed. There is no such regulation in international law for LTEs, however”

Como o autor afirma, diante das construções das ilhas artificiais nas elevações de maré baixa, a China possui uma zona de segurança ao redor, sendo assim, o governo chinês tem buscado investir nessa brecha do direito internacional marítimo para construir bases militares sem interferência direta dos órgãos internacionais. Além disso, mesmo que tenha uma cláusula que aborde sobre a negação de construir ilhas artificiais, instalações e estruturas diante de uma possível “interferência nas rotas marítimas reconhecidas e essenciais para a navegação internacional” não há especificações para construção e remoção de ilhas artificiais nas elevações de maré baixa, além disso o direito internacional não reconhece aquisição e expansão da plataforma continental nos LTEs por preenchimento artificial (ZHANG, Xinjun, 2016, pág. 167–182).

Pode-se explicar essa controvérsia entre as regras marítimas estabelecidas pela UNCLOS e as decisões chinesas por meio do realismo ofensivo descrito pelo autor John J. Mearsheimer em *The False Promise of International Institutions* de 1995, o qual define as instituições internacionais “como um conjunto de regras que estipulam as formas pelas quais os Estados devem cooperar e competir uns com os outros” (MEARSHEIMER, John, 1995, pág. 8), além disso estas instituições são capazes de estabelecerem “normas” aceitáveis e inaceitáveis diante dos atritos internacionais. Entretanto, Mearsheimer (1995, p. 12-13) aborda a dificuldade de se alcançar um consenso na resolução dos problemas com base na cooperação proposta pelas instituições:

“A cooperação é mais difícil de alcançar quando os estados estão sintonizados com a lógica de ganhos relativos, em vez da lógica de ganhos absolutos. Isso ocorre porque os estados preocupados com ganhos absolutos precisam apenas certificar-se de que a torta está crescendo e que eles estão recebendo pelo menos uma parte do aumento, enquanto os estados que se preocupam com ganhos relativos devem se preocupar também com a forma como a torta é dividida, o que complica os esforços de cooperação”

Além disso, Mearsheimer (1995) afirma que as instituições são formadas e delineadas pelas potências globais as quais buscam manter o *status quo* de seu poder no cenário internacional, sendo assim, as ações adotadas pelo governo chinês para “burlar” as normas

estabelecidas sobre o direito internacional marítimo e os acordos realizados com o sudeste asiático sobre o MSC podem ser explicadas pela visão de Mearsheimer sobre a dificuldade de cooperação e o seguimento das normas institucionais construídas pelas potências, pois o governo chinês sempre buscou maximizar seus ganhos na disputa em questão demandando todo o território, por outro lado, Japão, Filipinas, Vietnã, Malásia, Indonésia, Singapura e Taiwan buscam negociar por meio da divisão territorial, logo há uma maior dificuldade de resolução por meio da cooperação.

Acerca das instituições, a negação das regras e das decisões arbitrárias por parte da China diante da UNCLOS e o Tribunal Internacional de Arbitragem de Haia, em 2016, está associado a dificuldade do governo chinês de aceitar decisões tomadas pelo ocidente, o qual contém os principais atores que delinearão as regras marítimas internacionais, pois afirma que essas questões são meramente regionais e não aceitam interferência externa nessas questões (THAO, N. H, 2021).

#### **b) Colar de Pérolas Chinês**

Outra estratégia utilizada pela China é o chamado “Colar de Pérolas” a qual é descrita, de acordo com Vázquez (2013, p. 129) como um “cordão de bases aéreas e navais, portos comerciais, ‘hubs’ e corredores energéticos, centros de inteligência etc, mantidas pela China ao longo de suas principais rotas petroleiras, do mar Vermelho e do Golfo Pérsico até o Mar do Sul da China” (ver figura 10). Com o intuito de alcançar esse objetivo, o governo chinês tem investido na influência política e econômica regional na qual levaria ao aumento de recursos disponíveis e legitimidade para construir o Colar de Pérolas (PADULA, 2020).

Além disso, de acordo com Vazquez (2013), o governo chinês busca investir nessa estratégia para melhorar a segurança e desenvoltura nas suas rotas comerciais, além de diminuir a dependência e o controle com suas mercadorias no estreito de Malaca, logo o plano visa criar um corredor comercial que teria início no Mar de Andamão e se estenderia até o Golfo da Tailândia, logo o acesso a esse canal se daria pela extensão do acesso chinês no Mar do Sul da China até o Cabo da Boa Esperança (VÁZQUEZ, 2014).



**LA COMPETIÇÃO POR EL ÍNDICO - China, Índia, Estados Unidos, Reino Unido y Francia**

Bases navales y/o "puestos de escucha" hindúes	Importante presencia francesa en el Índico
Importante presencia angloamericana en el Índico	Cerrojo/paso estratégico
Alto riesgo de piratería	Potencia nuclear

**\*Collar de perlas\*: enclaves estratégicos chinos**

1. Hong Kong (China): antiguo enclave británico. Centro financiero más importante de Asia y el tercero más importante del mundo. Puerto, Terminal petrolera.
2. Sanya (Isla Hainan, China): base aérea y base de submarinos nucleares.
3. Isla Woody (Islas Pratael, reclamadas por China, Vietnam y Taiwán): puerto, base aérea, proyectos turísticos.
4. Islas Spratly (reclamadas por China, Vietnam, Filipinas, Brunei, Malasia y Taiwán): prospecciones gasíferas y petrolíferas, exploraciones submarinas).
5. Sihanoukville (Campong Som) y Ream (Camboya): ampliación de los puertos, acceso naval, recursos de biodiversidad.
6. Istmo de Kra (Tailandia): proyecto de corredor estratégico (autopista, ferrocarril, oleoducto, canal marítimo).
7. Islas Coco (Myanmar, posesión china de facto): base naval, Inteligencia electrónica.
8. Kyaoukpyu y Sittwe (Myanmar): puerto, terminal petrolera, proyecto de corredor estratégico hacia China (oleoducto, ferrocarril y carretera).
9. Chittagong (Bangladesh): ampliación de las instalaciones militares y civiles del puerto, intereses navales.
10. Hambantota (Sri Lanka): puerto, posible proyecto de base militar.
11. Marao (Maldivas): exploraciones marinas, posible proyecto de base militar.
12. Gwadar y Pasni (Pakistán): puerto, base naval, instalaciones de Inteligencia, terminal petrolera, proyecto de corredor estratégico hacia China (oleoducto, ferrocarril y carretera).
13. Al-Ahdab (Iraq): pozo petrolífero, despliegue de tropas.
14. Lamu (Kenia): puerto estratégico
15. Puerto Sudán (Sudán del Norte): puerto, terminal petrolera, corredor estratégico (oleoducto), Inteligencia, apoyo al Gobierno nordsudanesés.

Fonte: Vázquez, 2014

Uma das estratégias mais bem sucedidas foi a criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) idealizado pela China em 2013 e aberto em 2016, possui o objetivo de auxiliar os países asiáticos em projetos de transporte, energia, tecnologia e comunicação, além de ser uma alternativa mais próxima aos interesses da região diante das instituições mais gerais como Banco Mundial e Fundo Monetário de Investimento (FMI), diante disso o projeto tem feito grandes sucessos envolvendo países como Filipinas, Bangladesh e Paquistão sendo estes um dos principais Estados na questão de influência para o governo chinês, pois assim será possível criar um “corredor econômico” que liga o território chinês até o Paquistão principalmente por meio das construções bilaterais que facilitam a exportação e importação de petróleo e gás natural (PADULA, 2020).

**c) A Nova Rota da Seda**

Essa terceira estratégia é um dos principais projetos regionais e extrarregionais da República Popular da China para os próximos anos. De acordo com Yuan Jiang (2021), a Nova Rota da Seda ou *The Belt and Road Initiative* (BRI) é um plano estabelecido pelo governo de Xi Jinping, em 2014, para substituir a antiga rota da seda por uma nova rota comercial mais expansionista e aprimorada visando a integração econômica, inclusão cultural, confiança mútua entre os países e divisão de responsabilidades (observar figura 10).

Um dos principais motivos da elaboração do projeto é para substituir a indústria de baixo custo de mão de obra, o qual foi um dos fatores que permitiu a ascensão chinesa no mercado global, sendo assim, para evitar a suposta “armadilha de renda média”, abordado por Yuan Jiang (2021), a China está na limbo entre o desenvolvimento de produtos mais lucrativos, principalmente no âmbito tecnológico, os quais são dominados pelas potências, e produtos de mão-de-obra barata que costumam ser adquiridos pelos países menos desenvolvidos, além disso Jiang (2021, p. 470 apud HU, 2018) ainda afirma:

“O ex-presidente do Banco de Desenvolvimento da China, afirmou que o BRI promove a transformação estrutural econômica chinesa e alivia a pressão do excesso de capacidade industrial, transferindo indústrias de manufatura doméstica de baixo custo para os países menos desenvolvidos ao longo da rota do BRI.”

Figura 10 - Plano geográfico da Nova Rota da Seda chinesa



Figure 1 The geographical coverage of the One Belt, One Road Initiative. Source: © The Economist Newspaper Limited, London (2 July 2016). Reproduced with permission. (Color figure available online.)

**Fonte:** SIDAWAY; WOON, James D. e Chih Yuan. Chinese Narratives on “One Belt, One Road” in Geopolitical and Imperial Contexts. vol. 69, n.4, nov 2017.

Dados essas informações sobre a Nova Rota da Seda e de acordo com a figura 10 acima, é possível analisar que seu desenvolvimento na construção da rota marítima “One Road”

inclui partes da região do Mar do Sul da China e do Sudeste Asiático, os quais seriam o ponto inicial da saída dessa rota marítima comercial. Diante disso, será apresentado as principais formas que o governo chinês tem investido especificamente nessa região para adquirir maior influência e legitimidade ao explorar o MSC.

De acordo com Casarini (2021), a extensão do território chinês para as ilhas do Mar Meridional é um dos principais objetivos e realizações do governo de Xi Jinping, pois está ligado à ideia do “sonho chinês” que se refere aos tempos de glória chinesa pelo Oeste da Ásia. Além disso, Casarini (2021, p. 26) pontua:

“A Nova Rota da Seda envolve investimentos maciços em infraestrutura, incluindo portos, estradas, e conexões ferroviárias. O sudeste asiático se tornou o principal alvo até o momento do BRI. Logo, para proteger seus interesses, a China está construindo ilhas artificiais e instalando bases militares no MSC, o que tem gerado tensões com os países da ASEAN. A crescente assertividade da China na área também está colocando os interesses econômicos dos Estados Unidos e da Europa em risco. Mais de um terço do comércio externo da Europa e um quarto do comércio externo dos EUA passam pela região do Indo-Pacífico, e qualquer escalada de tensões na área, sem dúvida, terá um impacto direto no Ocidente.”

Diante desses aspectos, de acordo com Jusoh (2021), o governo chinês tem investido em infraestrutura no sudeste asiático visto que um dos principais motivos de estagnação comercial na região é decorrente a falta de verba dos países na infraestrutura em geral, logo os países buscam esse investimento para alcançarem melhorias no comércio, conectividade, competitividade e investimentos, sendo assim, Jusoh (2021, p. 15) afirma:

“Os investimentos da China em projetos do BRI fornecem um caminho para a ASEAN e seus Estados-Membros superarem o problema da infraestrutura inadequada, que é um grande obstáculo para o crescimento econômico de curto e longo prazo da ASEAN. Os projetos do BRI, juntamente com financiamento de origem internacional, inclusive da China, ajudam a aumentar o investimento necessário nos projetos de infraestrutura na ASEAN. Os projetos da BRI também ajudarão a ASEAN e seus Estados-Membros a atrair investimentos em setores produtivos, como manufatura, energia e serviços.”

Dito isso, a seguir, apresenta-se um gráfico sobre os financiamentos feitos pela China no Sudeste Asiático em decorrência da Nova Rota da Seda:

**Gráfico 1 - Projetos da Nova Rota da Seda para os membros da ASEAN**

**APPENDIX 1. TOTAL BRI PROJECTS BY ASEAN MEMBER COUNTRIES**



**Fonte:** YAN, Jinny. The Belt and Road Initiative in Southeast Asia. **CIMB Southeast Asia Research Asia Research Sdn Bahd (CARI)**, Kuala Lumpur, p. 4-9, out 2018.

Diante dos pontos abordados, de acordo com Haiquan (2017), o plano chinês no Sudeste Asiático para alcançar suas demandas na região do MSC e sobre o BRI tem permitido uma maior abertura política dos países regionais à China, entretanto existe certa resistência influenciada principalmente pelas potências globais que querem impedir o vasto crescimento e a expansão chinesa, como Estados Unidos, União Europeia e Rússia visto que esses atores estão envolvidos na segurança regional do Sudeste Asiático. Porém, mesmo com certas preocupações sobre a resistência de algumas potências advindas principalmente do ocidente, Haiquan (2017, p. 142) afirma:

“(...) Além de sua crescente força econômica, a China pode defender o estabelecimento de uma variedade de fundos de segurança regional para a cooperação em segurança nacional, com base no princípio da obtenção de lucro econômico, de modo a garantir a segurança econômica e alcançar o desejo de uma comunidade de destino comum”.

Dito isso, pode-se relacionar as medidas chinesas no MSC e a reação dos países vizinhos e dos Estados Unidos ao conceito de “equilíbrio de poder” abordado pelo autor Hans Morgenthau, em 1948, no livro Políticas das Nações. O conceito citado é definido como o desejo de diferentes nações que almejam pela permanência ou mudança da arquitetura internacional. Além disso, Morgenthau (2003) discute sobre dois principais padrões do

equilíbrio de poder que moldam o sistema internacional, sendo eles “o padrão da oposição direta” e “o padrão da competição”. Diante das relações entre China, Estados Unidos e Sudeste Asiático discutidas neste capítulo, pode-se associar o padrão da competição nas questões do MSC, pois diante da definição e exemplificação de Morgenthau (2003, p. 333-334):

“O poder de A necessário para dominar o C, diante da oposição de B, é compensado - ou superado - pelo poderio de B, enquanto que, por sua vez, o poderio de B para conquistar o domínio de C é equilibrado - ou superado - pelo poder de A. A diferença adicional aqui, além da precária estabilidade e segurança nas relações entre A e B, consiste em preservar a independência de C contra tentativas de invasão de A ou de B.”

Dito isso, pode-se relacionar o país A aos Estados Unidos, B a China e C aos países do Sudeste Asiático, pois diante dos interesses de EUA de promover a liberdade de navegação em prol das regras impostas pela UNCLOS o governo americano busca defender seus aliados regionais do expansionismo chinês. Em contraste, a China não apoia essa presença estadunidense regional, pois afirma que essas questões não devem ser tratadas por países externos, pois prejudica as relações entre si e desafia a ordem política regional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho buscou analisar a importância do Mar do Sul da China diante de suas volumosas rotas comerciais e recursos naturais, além de buscar entender as relações entre China, Estados Unidos e Sudeste Asiático por meio da contextualização das disputas regionais

e suas estratégias políticas, econômicas e militares que, por parte chinesa, utilizam de construções de ilhas artificiais, estratégias de segurança como o colar de pérolas e os investimentos em prol da Nova Rota da Seda, em contraste às políticas adotadas pelos EUA que buscam estreitar suas relações regionais em prol de maior influência, além de defenderem a liberdade marítima e comercial na região. Além disso, no trabalho presente foi utilizado a teoria realista com base nos autores Edward Carr, John Mearsheimer e Hans Morgenthau para explicar, de forma analítica, os comportamentos dos países citados.

A natureza da pesquisa pode ser considerada básica, na qual seu local se encontra no Mar Meridional do continente asiático, objetivando gerar conhecimentos acerca da importância do Mar do Sul da China nas relações diplomáticas entre China, Estados Unidos, Malásia, Indonésia, Vietnã, Singapura, Filipinas e Taiwan. Além disso, espera-se que o trabalho presente gere debates sobre o posicionamento político, militar e econômico do governo chinês e estadunidense diante de suas ambições de ampliar suas zonas de influência regionais.

Diante desses aspectos, a pesquisa foi desenvolvida na forma qualitativa buscando analisar por meio da observação dos acordos bilaterais realizados, tanto entre China quanto entre Estados Unidos com os países regionais, além de compreender as ambições e estratégias dos Estados sobre a região do Mar Meridional diante dos discursos realizados em conferências internacionais e pronunciamentos oficiais os quais abordam especificamente sobre o tema.

Ao observar as constantes mudanças políticas e econômicas regionais, a pesquisa é considerada descritiva, pois foi necessário analisar questões históricas para descrever certos posicionamentos políticos, militares e econômicos dos Estados, e explicativa ao buscar interpretar posicionamentos e demandas dos países envolvidos para decifrar suas principais estratégias e objetivos a serem alcançados na região. Logo, é possível delinear a importância do Mar do Sul da China diante dos dados alcançados.

Os procedimentos técnicos da pesquisa foram de cunho bibliográfico tendo em vista que a base material de análise é constituída por artigos científicos, discursos oficiais das autoridades dos poderes executivos de cada país acerca do Mar Meridional e acordos econômicos bilaterais que mostram influência direta ou indireta no tema.

Espera-se que este trabalho influencie novos debates e pesquisas futuras sobre as relações no continente asiático, pois existe uma grande necessidade de ampliar os estudos acadêmicos à pesquisas nas relações entre os países na região do leste e sudeste asiático visto que, nos últimos anos, há uma crescente instabilidade nas relações regionais que geram impactos diretos às relações internacionais.

## REFERÊNCIAS

1885-2020 China's Maritime Disputes. **Council on Foreign Relations**. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/chinas-maritime-disputes>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

AGUILAR, S. L. C.; FAKHOURY, R. M. M. Mar do Sul da China: um histórico de disputas. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/13637>. Acesso em: 23 maio. 2023.

AYDIN, G.; YÜCE, M. China's Hard Power versus Soft Power in Central Asia: An Analysis of the 'One Belt-One Road Initiative' as a Soft Power Instrument. **Caucasus International**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 63–76, 2018. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=153859644&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BLACKWILL, Robert, HARRIS, Jennifer. **War by other means: geoeconomics as a Statecraft**. New York, Council on foreign relations, 2016.

B STONE, Lester. **Global Power Revelry and South China Sea Dispute**. Índia: Alpha Editions, 2018.

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise**. Brasília, Ed. da UnB/IPRI, 2001.

CASARINI, Nicola. Southeast Asia's Security Dilemma - How the West is Responding. **CIMB Southeast Asia Research Sdn Bahd (CARI)**, Kuala Lumpur, p. 26-30, out 2018.

CRUZ DE CASTRO, R. The Philippines Hedging between the United States and China: Is the Biden Administration Tipping the Balance? **Korean Journal of Defense Analysis**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 101–123, 2022. DOI 10.22883/kjda.2022.34.1.006. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=155736039&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 7 set. 2022.

CSIS ChinaPower Project International Monetary Fund. **How Much Trade Transits the South China Sea?**. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/>

GUPTA, Sonika. **Chinese Strategies for Resolution of the Taiwan and South China Sea Disputes**. 2005. post-doctoral (International Studies) - National Institute of Advanced Studies, Bangalore, India. 2005.

HAIQUAN, Liu. The Security Challenges of the "One Belt, One Road" Initiative and China's Choices. **Croatian International Relations Review**, [s. l.], v. 23, n. 78, p. 129–147, 2017. DOI 10.1515/cirr-2017-0010. Disponível em:

<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=126071087&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HENDLER, Bruno e MOTTA, André Luiz Caçado. **O Crescimento Militar no Sudeste Asiático e no Mar do Sul da China: Quão Relevantes São os Conflitos com a China?**. Contexto Internacional [online]. 2021, v. 43, n. 3 [Acessado 11 Setembro 2022] , pp. 565-591. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430300006>>. Epub 01 Dez 2021. ISSN 1982-0240. <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430300006>.

HERITAGE, A.; LEE, P. K. The Sino-American confrontation in the South China Sea: insights from an international order perspective. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 134–156, 2020. DOI 10.1080/09557571.2019.1639622. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=142247209&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15 jun. 2023.

HEYDARIAN JAVAD, Richard. **Center for Strategic & International Studies**. FALLOUT: UKRAINE CRISIS UPENDS RUSSIA’S ROLE IN THE SOUTH CHINA SEA. Disponível em: <https://amti.csis.org/fallout-ukraine-crisis-upends-russias-role-in-the-south-china-sea/>. Acesso em 23 de maio. 2023.

HU H. **Better serve the Belt and Road construction with the development of finance** [用开发性金融更好 服务一带一路建设]. 2018. **People’s Daily Available at:** <http://theory.people.com.cn/n1/2018/0716/c40531-30148269.html> (accessed 28 May, 2019).

JIANG, Y. Demystifying the Belt and Road Initiative: China’s domestic and non-strategic policy? **Asian Journal of Comparative Politics**, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 468–481, 2021. DOI 10.1177/20578911211038876. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=154067938&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JUSOH, Sufian. The Impact of the BRI on Trade and Investment in ASEAN. **CIMB Southeast Asia Research Sdn Bahd (CARI)**, Kuala Lumpur, p. 10-18, out 2018.

KYUNG SUK LEE; KYU YOUNG LEE. U.S. **Freedom of Navigation Operations in South China Sea: An Ongoing Riddle between the United States and China**. **Korean Journal of Defense Analysis**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 455–473, 2017. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=125869376&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 11 set. 2022.

MARTINELLI, Gaaret. **Refocusing the United States' Perspective of China and South China Sea**. 2020. Candidate. University of San Diego School of Law. Califórnia. 2021.

MEARSHEIMER, John. The False Promise of International Institutions. **International Security**, vol.19, n.3, 1995.

MISHIN, I. U.S. Policy in the South China Sea During the Presidency of D. Trump. **Russian Politics & Law**, [s. l.], v. 58, n. 3/4, p. 155–172, 2021. DOI 10.1080/10611940.2022.2111939. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=159584401&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as nações**. Brasília, Ed. da UnB/ IPRI, 2003.

PADULA; GUSMÃO, Raphael e Felipe. O Mar do Sul da China: seu Valor Estratégico e a Geoestratégia Chinesa. **Revista Sociedade e Cultura**. v. 23, 2020.

RAYMOND, M.; WELCH, D. A. **What's Really Going On in the South China Sea?** **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 214–239, 2022. DOI 10.1177/18681034221086291. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=157637361&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 11 set. 2022.

SANTIAGO, Claudia. La Guerra Comercial entre China y los Estados Unidos. La Pugna Por La Supremacía en el Contexto de la Covid-19. **Punto de Vista**, Universidad de Los Andes, v. 11, n. 18, p. 64-81, 2020.

SCOBELL, Andrew. The South China Sea and U.S. - China Rivalry. **Political Science Quarterly**. Academy of Political Science, v. 133, n. 2, 2018.

SIDAWAY, J. D.; WOON, C. Y. Chinese Narratives on “One Belt, One Road” (一帶一路) in Geopolitical and Imperial Contexts. **Professional Geographer**, [s. l.], v. 69, n. 4, p. 591–603, 2017. DOI 10.1080/00330124.2017.1288576. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=syh&AN=125148149&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15 jun. 2023.

THAO, N. H. South China Sea: New Battle of the Diplomatic Notes among Claimants in 2019–2021. **Asia-Pacific Journal of Ocean Law & Policy**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 165–191, 2021. DOI 10.1163/24519391-06020002. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lgs&AN=153454309&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VÁZQUEZ, Daniel. A Rota da Seda, O colar de Pérolas e a Competição pelo Índico (parte 3/3). tradução de Marcos Vinicius da Silva Dantas Fernandes. **Revista De Geopolítica**, Natal. v. 5, no 2, p. 129-180, Jul./Dez. 2014.

YAN, Jinny. The Belt and Road Initiative in Southeast Asia. **CIMB Southeast Asia Research Asia Research Sdn Bahd (CARI)**, Kuala Lumpur, p. 4-9, out 2018.

ZHANG, Xinjun. The Latest Developments of the US Freedom of Navigation Programs in the South China Sea: Deregulation or Re-balance? **Journal of East Asia & International Law**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 167–182, 2016. DOI 10.14330/jeail.2016.9.1.08. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lgs&AN=116510649&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 23 maio. 2023.